

A desistência dos educadores

O ensino público do Estado de São Paulo atende, oficialmente, a 6 milhões de estudantes. As condições em que esse atendimento ocorre podem ser avaliadas pela atitude tomada por 200 pais de alunos da maior escola de segundo grau do município de São Sebastião, litoral norte do Estado, que, por intermédio de mandado de segurança, pretendem garantir o diploma de seus filhos. Os jovens, "cronologicamente", concluíram o segundo grau oferecido pela escola pública, com um pormenor: durante seis meses não tiveram aulas de Física, pelo simples motivo de que não havia professor especializado disponível. Com isso, não pôde a escola iniciar um novo ano letivo — uma vez que a lei a obriga a concluir primeiro o anterior, embora ainda não tenha encontrado um professor habilitado — e os alunos, aprovados em vários vestibulares, não podem matricular-se por não possuírem o competente diploma.

O importante é que esse fato em absoluto não caracteriza um caso isolado. Em especial, na periferia da Grande São Paulo, outros procedimentos, menos rigorosos, foram adotados para que o problema não tomasse vulto e conseqüências tão rumorosas, como o ocorrido em São Sebastião. Uma solução engenhosa para tamanha ausência de professores habilitados foi encontrada em uma escola da Zona Sul da Capital, que chegou à perfeição de ministrar mais de mil aulas faltantes do ano letivo em apenas dez dias, em meados de dezembro...

A explicação para tanta escassez de oferta de mão-de-obra especializada começa, como não podia deixar de ser, pelos salários. Mais uma vez um educador do ensino público paulista, em início de carreira, não consegue auferir US\$ 200, no câmbio paralelo, para uma jornada de 36 horas de trabalho semanais. E o horizonte imediato não indica nenhuma melhora, uma vez que a atual folha de pagamento da Secre-

taria da Educação de São Paulo alcança Cr\$ 30 bilhões, exigindo reposição de aproximadamente 135%, simplesmente para que os salários de fevereiro mantenham o poder de compra de outubro do ano passado. Com a arrecadação estadual ora enfrentando tempo de vacas magras, o que se pode prever?

É fato que não é apenas o salário que empurra o educador mais bem preparado para fora da escola pública. Não há incentivo de espécie alguma, nenhuma perspectiva de evolução intelectual é oferecida, e até mesmo as célebres "reciclagens" foram encerradas sem maiores demonstrações de tristeza dos professores. Nessas condições, quem se aventura a permanecer no magistério público? Pesquisa da Unicamp provou, por exemplo, que em 1988 apenas 222, entre 210 mil professores paulistas, faziam algum curso de pós-graduação.

Mudar essa situação exige, antes de mais nada, a definição de uma política educacional para São Paulo, que pode começar, por exemplo, convém não esquecer, pela escolha de um novo secretário da Educação por critérios de competência e não por força de conchavos políticos. Os salários são importantes, mas não são tudo para trazer de volta à escola pública o bom educador. Ou devemos nos limitar a ver esta escola em que a merenda nunca falta por muitos motivos, pelo prisma inesquecível em que a viu um dia uma aluna de primeira série: "Aqui a gente fica mais grande!"?

